

DESPACHO**PROCESSO nº 0398.002520/2022-10****ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET – FIBRA ÓPTICA – PARA REGIONAL DE GURUPI/TO.**INTERESSADO:** DIRETORIA DE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – SENAR-AR/TO.**DESPACHO Nº 005/2022**

Cuida-se de solicitação de emissão de parecer jurídico, oriundo da Diretoria Administrativa e Financeira – SENAR-AR/TO, visando esclarecimentos quanto à possibilidade de contratação direta da empresa V F A – Comércio de Aparelhos Eletrônicos – LTDA., com enquadramento na hipótese de dispensa de licitação, fundada no artigo 9º, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC do SENAR, para fornecimento de internet, por meio de fibra óptica, para regional do SENAR em Gurupi/TO.

Convém esclarecer que é dever da Entidade licitante, na fase interna da licitação, promover adequado planejamento da contratação que pretende realizar, bem como **estimar o preço do objeto pretendido**, através de pesquisa mercadológica, para delimitar qual será a modalidade de licitação a ser adotada e, também, para aferir a existência de recursos orçamentários para atender tal demanda, de acordo com a inteligência do art. 13 do Regulamento que rege as contratações realizadas pelo SENAR.

A correta estimativa de preços será obtida por meio de pesquisa de mercado. Portanto, para que se possa definir com precisão o valor da contratação, na averiguação de existência de recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas, com o intuito de possuir um valor de balizamento para a análise das propostas dos licitantes é necessário que se faça a pertinente a pesquisa de mercado.

Os critérios a serem utilizados na pesquisa devem ser previamente estudados e estabelecidos, levando-se em conta as especificações do objeto, a fim de evitar a utilização de um preço que, na verdade, refere-se a objeto com especificações diversas.

Ademais, ao realizar a pesquisa de mercado, a entidade deve considerar também a variação que ocorre em razão da qualidade do produto, do local da prestação do serviço ou entrega do bem, e o volume a ser adquirido, uma vez que quanto maior a quantidade, em regra, menor é o preço.

Sobre o tema, cumpre colacionar julgado do TCU:

"9.2.1. realize ampla **pesquisa de preços de mercado**, previamente às contratações efetuadas por meio de processo licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação, **de tal forma que essa pesquisa seja utilizada na estimativa do custo do objeto a ser contratado**, na definição dos recursos necessários para a cobertura das despesas contratuais e na análise da adequabilidade das propostas ofertadas, consoante o disposto nos arts. 11 e 13 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema Sebrae, **anexando aos processos correspondentes a documentação que comprove essa providência;**" (TCU. Acórdão nº 2519/2005 – Primeira Câmara). (grifamos).

Ainda, o TCU tem recomendado a juntada ao processo de, **no mínimo, três orçamentos de empresas do ramo do objeto. Caso a entidade não consiga alcançar este número**, diante do mercado, **deve apresentar as devidas justificativas:**

"TCU. Acórdão nº 127/2007 – Segunda Câmara

REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA IRREGULAR. INSTRUÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E RETARDAMENTO. **PROCEDIMENTO DE PESQUISA DE PREÇO**. MULTA. DETERMINAÇÕES.

2. Deve ser estabelecido procedimento padronizado de pesquisa de preços, em que seja exigido o **mínimo de três propostas e completo detalhamento da proposta pelo fornecedor**, em conformidade com o solicitado e deve haver vinculação entre o valor indicado na proposta e o efetivamente contratado.

3. Deve-se abster de contratar por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição.

(Relator: Benjamin Zymler; Data do Julgamento: 13/02/2007)

(...)

No caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos em processos licitatórios, **deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada.** Acórdão nº 1.266/2011 – Plenário" (TCU. Acórdão nº 2.531/2011 – Plenário, TC 016.787/2011-0. Rel.: Min. José Jorge. DOU 21.09.2011)". (Grifamos)

Pois bem. Analisando os presentes autos, conforme **formulário de Mapa de Preços (Doc. R-E814)**, constata-se apenas **duas cotações realizadas sem eventual justificativa circunstanciada**.

Como mencionado, **o posicionamento do TCU determina que a pesquisa de preços de mercado deve conter, no mínimo, três cotações** de empresas/fornecedores distintos, **e na impossibilidade de obter o número mínimo de cotações** deve-se, o setor demandante, elaborar **justificativa circunstanciada**.

Desta forma, diante destas circunstâncias, devolve-se os presentes autos para que a Diretoria Administrativa e Financeira **ou complemente o número mínimo de três cotações ou promova a justificativa circunstanciada**, esta última, na impossibilidade de complementação do número de cotações mínimas exigidas pelo TCU.

Luiz Renato de Campos Provenzano

Assessoria Jurídica – SENAR-AR/TO

Orivaldo Junior F. Miranda

Assessoria Jurídica – SENAR-AR/TO

Documento assinado eletronicamente por:

Orivaldo Junior de Freitas Miranda, Analista, em 26/10/22 às 11:56 *

Luiz Renato de Campos Provenzano, Diretor(a) Jurídico, em 26/10/22 às 12:09 *

* HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site senarto.meuping.io/autenticar informando o código verificador **R-EC9D** e o código CRC **6D3C83B4**.



**Serviço Nacional de Aprendizagem
Rural do Estado do Tocantins**

103 Norte, Conj. 04, Lote 33
Rua NO 05. Plano Diretor Norte, Palmas - TO
www.senar-to.com.br - Telefone: (63) 3219-9200